



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**

Modalidade: <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>		Número: <b>026/2015</b>	
Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios, para os lanches das atividades realizadas nos programas de saúde do Município.			
Nome/Razão Social:		CNPJ:	
Rua/Avenida:		Nº	Bairro:
Cidade:	Estado:		CEP:
Telefone/FAX:	e-mail:		
Pessoa para Contato:			
Recebemos através do acesso à página <a href="http://www.bomsucessodosul.pr.gov.br">www.bomsucessodosul.pr.gov.br</a> , nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada.			
Local:		Data:	
Assinatura:			
<p>Objetivando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul e esta Empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital em referência, à Equipe de Apoio, por via postal, pelo fax (46) 3234-1135 ou pelo e-mail <a href="mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br">licitacoes@bssul.pr.gov.br</a>. O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório como de quaisquer informações adicionais.</p>			



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) nº 026/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2015**  
**DATA DA REALIZAÇÃO: 22/09/2015 - HORÁRIO: 09h00min**  
**LOCAL:** Prefeitura do Município de Bom Sucesso do Sul -  
Rua Cândido Merlo, nº 290, Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

## 1 – PREÂMBULO

- 1.1 A Prefeitura do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO, na formal presencial, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras aquisições de gêneros alimentícios, para os lanches das atividades realizadas pelos programas de saúde do Município, conforme descrito neste Edital.
- 1.2 A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 972, de 22 de fevereiro de 2007 e pelo Decreto Municipal nº 1.014, de 05 de maio de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
- 1.3 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.4 Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 1.3 A sessão de processamento do Pregão será realizada no dia **22/09/2015**, às **09h00min** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio.

## 2 – DO OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras aquisições de gêneros alimentícios para os lanches das atividades realizadas pelos programas de Saúde do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, conforme especificações integrantes do **Termo de Referência** constante do Anexo I deste Edital.
- 2.2 O prazo de vigência da ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

## 3 – DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital e que manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante.
- 3.2 Não poderão participar deste Pregão:
  - a) consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição;
  - b) empresas que estejam suspensas de participar de licitações;
  - c) empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
  - d) empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores do Município de Bom Sucesso do Sul;
  - e) empresas que se encontrem sob falência, concordata ou recuperação judicial, dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

## 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - a) **Tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
  - b) **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular COM FIRMA RECONHECIDA da assinatura do representante legal que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga.
  - c) **Tratando-se de credenciado**, a carta de credenciamento COM FIRMA RECONHECIDA da assinatura do representante legal que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga.

**4.1.1 O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.**

- 4.2 A proponente deverá ainda apresentar **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, conforme modelo em anexo.
- 4.3 Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, as **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar, a fim de comprovar o enquadramento:
- Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contador (conforme modelo em anexo); ou
  - Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, com data de emissão não superior a 06 (seis) meses.
- 4.3.1 Caso não seja apresentado os documentos solicitados, nas alíneas "a" e "b", do item 4.3, não serão concedidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 4.3.2 A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.
- 4.4 A carta de credenciamento ou procuração COM FIRMA RECONHECIDA, juntamente com os documentos comprobatórios, a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, a Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte e a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, deverão ser entregues ao Pregoeiro no início da sessão, separados dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".
- 4.5 Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, acompanhada de documento que comprove os poderes do representante legal e/ou procurador, bem como nos casos de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverão vir em envelope separado dos envelopes contendo a proposta de preços os documentos de habilitação.
- 4.6 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

## 5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES Nº 1 E Nº 2

- 5.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**Ao Município de Bom Sucesso do Sul**  
**Razão Social:**  
**CNPJ:**  
**Envelope nº 1 – Proposta**  
**Pregão Presencial nº 026/2015**  
**Registro de Preços nº 017/2015**

**Ao Município de Bom Sucesso do Sul**  
**Razão Social:**  
**CNPJ:**  
**Envelope nº 2 – Habilitação**  
**Pregão Presencial nº 026/2015**  
**Registro de Preços nº 017/2015**

## 6. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 6.1 A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruem, será pública dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem como em seus anexos, no local e horário, já determinados.
- 6.2 No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta de preço e a documentação de habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes. A não entrega da Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação implicará o não recebimento dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.
- 6.2.1 A não apresentação dos documentos solicitados no Item 4.3 do edital, presumirá que a empresa não se enquadra e não terá tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 6.2.2 Caso a empresa não encaminhe representante para sessão de abertura de propostas, não terá direito à redução dos preços prevista na Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.3 Depois de recebidos os documentos pelo Pregoeiro e dado início à sessão, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- 6.4 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preço, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.
- 6.5 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1 A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devidamente assinada pelo seu representante legal, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com indicação da razão social da proponente, endereço completo, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, e conter:



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

- 7.1.1 Descrição completa do(s) item(s) cotado(s), incluindo a marca, atendendo as exigências mínimas deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta se considerada incompleta ou que suscite dúvida.
- 7.1.2 Quantidade, valor unitário e total por item, devendo incluir todas as despesas necessárias tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais e serviços, encargos sociais, fretes e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 7.1.3 Prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data prevista para a abertura dos envelopes. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
  - 7.1.3.1 As propostas que não contiverem o prazo de validade, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega das propostas, nos termos do art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 7.2 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo quanto à exatidão das **operações aritméticas** que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os **preços unitários**. As correções aritméticas efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.3 Serão desclassificadas as propostas que excedam ao preço máximo estabelecido, que contiverem preço ou entrega de produto condicionado a prazos ou vantagens de qualquer natureza não previstos neste Edital, não atendam às exigências do ato convocatório, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.4 A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 7.5 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Como condição prévia ao exame da documentação da licitante, a Equipe de Apoio verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro procederá à exclusão do licitante do certame, por falta de condição de participação.
- 8.4 Após observado o disposto nos itens 7.1 a 7.3, serão abertos os envelopes **1**, contendo a documentação relativa à Proposta de Preços dos proponentes aptos a participarem do certame.
- 8.5 O julgamento da licitação obedecerá ao critério do **"menor preço por item"**.
- 8.6 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- 8.7 Quando não houver pelo menos três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 8.8 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, sendo vedado o oferecimento de lance com valor maior ou igual ao menor lance já existente.
- 8.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo se devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 8.10 O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar lances verbais, começando a partir do representante da empresa que apresentou a proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.
- 8.11 A ausência de representante credenciado ou a desistência do representante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final da etapa competitiva.
- 8.12 Quando não houver mais lances, será declarada encerrada a etapa competitiva e o Pregoeiro passará à análise da aceitabilidade da proposta de menor valor.
- 8.13 Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida caberá o Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.
- 8.14 Não serão aceitas propostas após a etapa de lances com valor acima do máximo estipulado no edital.
- 8.15 Sendo aceitável a menor oferta de preço, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

- 8.16 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender as exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda todas as exigências do edital.
- 8.17 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.17.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.18 Para efeito do disposto no item 8.17, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. Sendo apresentada proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
  - b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.18.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.18.1 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 8.18, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.18.2 O disposto neste item 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.19 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os licitantes presentes.
- 8.20 O envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da proponente que não foi declarada vencedora, será devolvido lacrado ao seu representante presente, no ato da sessão, desde que não haja recurso. Quando a proponente não encaminhar representante, o envelope ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação do processo, e se for o caso, após o julgamento dos recursos, para que a licitante retire o envelope citado. Após esse prazo, o mesmo será inutilizado.

## 9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

- 9.1 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

### 9.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo ou Contato Social com suas eventuais alterações, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- b) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 9.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:
  - b.1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.
  - b.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
  - b.3) a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- c) certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

### 9.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente.

### 9.1.3 Declaração de inexistência de fatos impeditivos, de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da CF, de acesso à documentação e de idoneidade (ver modelo anexo);

- 9.2 **As certidões que não contiverem prazo de validade, serão consideradas vencidas em 60 (sessenta) dias após a data da emissão.**
- 9.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

- 9.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.5 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.6 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cotejada com os originais para os mesmos fins acima mencionados.
- 9.7 Os documentos obtidos através de *sites* terão sua autenticidade verificada, via *Internet* e certificada pelo Pregoeiro ou extraído o respectivo comprovante, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.
- 9.8 Os *sites* oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.
- 9.9 Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem as exigências deste edital para tal fim.
- 9.10 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento das mensalidades, se for o caso):
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
  - b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
  - c) se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e
  - d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.11 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 9.12 A não apresentação de documentos que para a sua autenticidade, eficácia e validade devam ser verificados *on line* pela Administração via internet, desde que atendidas as disposições constantes em atos normativos específicos, inviabilizará a inabilitação do proponente motivada na ausência de apresentação na forma prevista no item 9.6 supra.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- 10.4 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 10.5 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua Cândido Merlo, nº 290, Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, nos dias úteis, no horário de expediente das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
- 10.6 Decididos os recursos, o Prefeito Municipal fará a homologação do certame.
- 10.7 Os recursos interpostos após o encerramento da sessão não serão conhecidos, bem como as impugnações fora do prazo.
- 10.8 As razões e contrarrazões recursais deverão ser protocoladas junto à Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul.

## 11. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura da ata de registro de preços, cuja minuta constitui anexo do presente Edital.
- 11.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da convocação, comparecer a Divisão de Licitação, situada na Prefeitura Municipal, na Rua Cândido Merlo, 290, para assinatura da ata de registro de preços.
- 11.3 Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a ata de registro de preços, serão convocadas as demais licitantes em ordem de classificação, com vistas à celebração da contratação, sendo aplicadas as penalidades cabíveis.

## 12. DOS PRAZOS, FORMA DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1 Os itens deverão ser entregues na sede do licitante, sem custos para o Município, na sede da UAPSF – Unidade de Atenção Primária a Saúde da Família (Clínica da Mulher), com endereço na Rua João Baggio, s/n, centro, Bom Sucesso do Sul-PR, em até 05 (cinco) dias após a solicitação do departamento responsável, formalizada através de Ordem de compras, conforme necessidade e de acordo com as condições estabelecidas neste edital, correndo por conta exclusiva da Detentora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

aquisição dos itens, com agendamento prévio de no mínimo **01 (um)** dia de antecedência dentre os horários: das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

12.2 O Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

## 13. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 13.1 Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 13.2 Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá à Detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/1993.
  - 13.2.1 Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 13.3 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 13.4 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 13.5 Os valores recompostos somente serão repassados após a formalização de Termo de Aditamento.

## 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1 O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:
  - 14.1.1 A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado;
  - 14.1.2 Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:
    - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
    - b) não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
    - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
    - d) nos casos descritos nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 15. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 15.1 A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.
- 15.2 A proponente que desistir da proposta protocolada ou se negar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - a) advertência por escrito;
  - b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta de preços;
    - a) advertência por escrito;
    - b) multa de 20 % (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;
      - b.1) No caso do não cumprimento do prazo de entrega do objeto solicitado, será aplicável à proponente multa moratória equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor total da respectiva Ordem de Fornecimento, sem prejuízo da multa da letra "b", acima;
    - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta;
    - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 15.4 Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do primeiro pagamento devido à Detentora. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Detentora, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 A Detentora se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.2 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o interesse da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- 16.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da adequação e a perfeita compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.
- 16.4 É facultada o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 16.5 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

- 16.6 A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul.
- 16.8 O Município de Bom Sucesso do Sul poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 16.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 16.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.
- 16.11 O Edital será disponibilizado gratuitamente através do sítio oficial do Município na internet [www.bomsucessodosul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodosul.pr.gov.br). Poderá também ser solicitado pelo email [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br). Demais informações poderão ser solicitadas pelo fone (46) 3234-1135.
- 16.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.
- 16.13 Fazem parte integrante deste Edital:
- ANEXO I - Termo de Referência
  - ANEXO II - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
  - ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento
  - ANEXO IV - Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP (LC 123/2006)
  - ANEXO V - Modelo de Declaração de inexistência de fatos impeditivos, de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da CF e de idoneidade
  - ANEXO VI - Modelo de Carta Proposta
  - ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

Bom Sucesso do Sul, 08 de Setembro de 2015.

Cleverson Jorge da Silva  
Pregoeiro





MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das atividades realizadas no âmbito dos programas de saúde do Município, de acordo com as quantidades e especificações deste Termo de Referência.

Item	Descrição do Item	Und.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
1	Banana, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	150	R\$ 2,20	R\$ 330,00
2	Maçã, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	100	R\$ 5,54	R\$ 554,00
3	Mamão, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	80	R\$ 4,61	R\$ 368,80
4	Laranja, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	80	R\$ 3,25	R\$ 260,00
5	Manga, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	80	R\$ 4,46	R\$ 356,80
6	Maracujá, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados ou rachaduras, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	40	R\$ 10,61	R\$ 424,40
7	Melancia, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados ou rachaduras, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	80	R\$ 2,86	R\$ 228,80
8	Melão, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados ou rachaduras, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	60	R\$ 5,27	R\$ 316,20
9	Abacaxi, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	kg	50	R\$ 6,30	R\$ 315,00
10	Pão integral, Embalagem com o pão fatiado, dentro do prazo de validade e em perfeitas condições.	UND	50	R\$ 5,60	R\$ 280,00
11	Requeijão, Embalagem de 200g dentro do prazo de validade em ótima conservação e sem violação.	UND	20	R\$ 4,87	R\$ 97,40
12	Ovos, Em perfeito estado, livre de rachaduras, odores e aparência de putrefação, dentro do prazo de validade	dz	30	R\$ 5,23	R\$ 156,90
13	Bebida láctea, Embalagem de saquinho 1 L, dentro do prazo de validade, em bom estado, sabor morango.	L	100	R\$ 3,60	R\$ 360,00
14	Leite desnatado pasteurizado pelo sistema UHT, embalado em caixas Tetra Pak, aluminizada, com capacidade de 1 litro, em perfeitas condições, dentro do prazo de validade, sem apresentar amassamento.	L	60	R\$ 2,88	R\$ 172,80
15	Leite integral pasteurizado pelo sistema UHT, embalado em caixas Tetra Pak, aluminizada, com capacidade de 1 litro, em perfeitas condições, dentro do prazo de validade, sem apresentar amassamento.	L	60	R\$ 2,85	R\$ 171,00
16	Cenoura, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	20	R\$ 3,33	R\$ 66,60
17	Beterraba, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	15	R\$ 2,11	R\$ 31,65
18	Abobrinha, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	15	R\$ 3,93	R\$ 58,95
19	Batata, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	20	R\$ 4,03	R\$ 80,60
20	Alface, Pé no tamanho médio, sem manchas, rasgos ou indícios de putrefação.	UND	25	R\$ 2,25	R\$ 56,25



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

21	Cheiro verde, Maços médios com salsinha e cebolinha, sem manchas, rasgos ou indícios de putrefação.	mç	20	R\$ 2,20	R\$ 44,00
22	Couve-manteiga, Maços com em média 10 folhas no tamanho médio, sem manchas, rasgos ou indícios de putrefação.	mç	30	R\$ 4,42	R\$ 132,60
23	Feijão, Embalagem de 1kg, em perfeitas condições, sem aberturas e dentro do prazo de validade	UND	10	R\$ 4,20	R\$ 42,00
24	Lentilha, Embalagem de 500g, em perfeitas condições, sem aberturas e dentro do prazo de validade.	UND	5	R\$ 3,87	R\$ 19,35
25	Grão de bico. Embalagem de 500g, em perfeitas condições, sem aberturas e dentro do prazo de validade.	UND	5	R\$ 4,50	R\$ 22,50
26	Farinha de milho, Fubá (farinha de milho), enriquecido com ferro e ácido fólico, cor amarelo, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, com ausência de umidade, sujidades, fermentação e ranço. Embalagem de 500g, em perfeitas condições, sem aberturas e dentro do prazo de validade.	UND	10	R\$ 2,75	R\$ 27,50
27	Sal, Iodado - embalagem de 1kg, dentro do prazo de validade.	UND	5	R\$ 1,80	R\$ 9,00
28	Carne moída, Proveniente de machos de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias, em peça, congelada, aparada. Carne de 2º, sem osso, constando o número de inscrição no SIF ou SIE. Aspecto: não amolecida, nem pegajosa. Cor: Sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor próprio.	kg	15	R\$ 12,38	R\$ 185,70
29	Peito de frango, congelado. Aspecto próprio, não amolecida, nem pegajosa, sem manchas esverdeadas. Deverá apresentar registro no SIF ou SIP/PR.	kg	15	R\$ 10,26	R\$ 153,90
30	Alho, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	5	R\$ 4,70	R\$ 23,50
31	Cebola, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	10	R\$ 6,65	R\$ 66,50
32	Tomate, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas e sem amassados, não deve ter indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	kg	20	R\$ 5,63	R\$ 112,60
33	Mandioca, Congelada, descascada e embalada em pacotes de 1kg, estar em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, não deve ter indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	Kg	10	R\$ 8,47	R\$ 84,70
34	Abóbora, In natura, em perfeitas condições, sem apresentar manchas escurecidas ou murchas, indícios de bolores ou mofos, deve ter tamanho médio e coloração característica.	Kg	10	R\$ 3,85	R\$ 38,50
35	Pêra, Fruta in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional da fruta.	Kg	20	R\$ 9,52	R\$ 190,40
36	Pimentão verde, in natura, de boa aparência, tamanho médio, sem indícios de amassados, manchas escuras que danifique a qualidade e o valor nutricional do produto.	KG	10	R\$ 6,47	R\$ 64,70
37	Barra de cereal, De diferentes sabores, devidamente embaladas, sem cobertura de chocolate	UND	500	R\$ 1,51	R\$ 755,00
38	Biscoito gergelim, Embalagem de 400g c/ 3 filetes, em perfeitas condições e dentro prazo de validade	UND	30	R\$ 5,98	R\$ 179,40
39	Biscoito integral salgado, Embalagem de 400g c/ 3 filetes, em perfeitas condições e dentro prazo de validade	UND	30	R\$ 4,49	R\$ 134,70
40	Bolacha tipo Maria, Embalagem de 400g c/ 3 filetes, em perfeitas condições e dentro prazo de validade	UND	20	R\$ 4,51	R\$ 90,20
41	Linhaça, Embalagem de 200g dentro do prazo de validade	pct	40	R\$ 5,35	R\$ 214,00
42	Aveia em Flocos grossos, Embalagem de 1kg dentro do prazo de validade	pct	15	R\$ 16,42	R\$ 246,30
43	Granola tradicional, Embalagem de 1kg dentro do prazo de validade	pct	30	R\$ 7,01	R\$ 210,30
44	Óleo de soja, Obtido da mistura de óleos de espécie vegetal; isento de ranço e substâncias estranhas; Embalagem contendo 900 ml. Dentro do prazo de validade.	UND	15	R\$ 3,91	R\$ 58,65
45	Farinha trigo integral, Embalagem de 1kg, enriquecida com ácido fólico, embalada devidamente, sem conter rasgos e dentro do prazo de validade	UND	15	R\$ 3,21	R\$ 48,15
46	Farinha de trigo, Embalagem de 5kg, enriquecida com ácido fólico, embalada devidamente, sem conter rasgos e dentro do prazo de validade	UND	10	R\$ 10,72	R\$ 107,20
47	Fermento em pó para bolo, Contendo: Amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem com 250 gramas	UND	10	R\$ 6,35	R\$ 63,50



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

48	Fermento biológico fresco. Dentro do prazo de validade. Embalagem de 15gramas.	UND	5	R\$ 3,05	R\$ 15,25
49	Sucrilhos s/ açúcar, Embalagem de 1 kg, dentro do prazo de validade, sem apresentar aberturas ou danificação.	UND	50	R\$ 27,02	R\$ 1.351,00
50	Açúcar cristal – contendo sacarose, originário do suco da cana. Embalagem transparente, incolor, termossoldado, em embalagem de 5 Kg.	UND	10	R\$ 9,91	R\$ 99,10
51	Açúcar mascavo, Embalagem de 1 ou 2 kg sem apresentar danificações.	Kg	10	R\$ 7,42	R\$ 74,20
52	Adoçante, Que contenha stévia na sua composição e com ausência de ciclamato de sódio e sacarina sódica. Embalagem de 200mL.	UND	5	R\$ 3,97	R\$ 19,85
53	Café em pó, Embalagem de 500g, homogêneo, torrado e moído, em perfeitas condições, dentro do prazo de validade.	UND	50	R\$ 11,15	R\$ 557,50
54	Chá, Embalagem de caixa com gramas 40 contendo 25 sachês, de sabores variados.	cx	50	R\$ 3,75	R\$ 187,50
55	Gelatina, Embalagem de caixa com 30 gramas, de sabores variados.	cx	50	R\$ 1,43	R\$ 71,50
56	Sagu. Embalagem de 250gramas, dentro do prazo de validade	UND	15	R\$ 3,27	R\$ 49,05
57	Macarrão com sêmola tipo cabelo de anjo–contendo sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum. Estar acondicionado em embalagem primária plástica, atóxica, transparente, termossoldada, de 500g. Dentro do prazo de validade	UND	10	R\$ 5,03	R\$ 50,30
58	Arroz parborizado - classe longo fino, tipo 1. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 15 %. Embalagem intacta. Acondicionado em embalagem de plástico transparente, em embalagens com 5 kg, dentro do prazo de validade.	UND	5	R\$ 10,76	R\$ 53,80
59	Pipoca em grão, devidamente embalada – pacotes 500g, dentro do prazo de validade.	UND	30	R\$ 2,90	R\$ 87,00
60	Achocolatado em pó, contendo açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizante. Embalagem de 400gr, dentro do prazo de validade.	UND	30	R\$ 5,94	R\$ 178,20
61	Molho de tomate pronto - Ingredientes: Tomate, cebola, açúcar, sal, óleo vegetal, extrato de levedura, salsa, alho, aipo marrom, orégano. Embalagem 340gr, dentro do prazo de validade.	UND	30	R\$ 2,92	R\$ 87,60
62	Amendoim descascado, dentro do prazo de validade. Embalagem 500gramas.	UND	30	R\$ 6,48	R\$ 194,40
63	Ervilha- lata ou sache, dentro do prazo de validade. Embalagem de 200gramas.	UND	25	R\$ 1,96	R\$ 49,00
64	Milho- lata ou sache, dentro do prazo de validade. Embalagem de 200gramas.	UND	30	R\$ 1,97	R\$ 59,10
65	Salsicha- tipo hot dog, refrigerada, devidamente embalada, dentro do prazo de validade.	KG	60	R\$ 6,90	R\$ 414,00
66	Orégano desidratado- dentro do prazo de validade, embalagem de 20g.	UND	10	R\$ 1,60	R\$ 16,00
67	Alecrim desidratado- dentro do prazo de validade, embalagem de 20g.	UND	10	R\$ 1,67	R\$ 16,70
68	Açafrão - dentro do prazo de validade, embalagem de 20g.	UND	10	R\$ 2,27	R\$ 22,70
69	Canela em pó- dentro do prazo de validade, embalagem de 20g.	UND	10	R\$ 2,32	R\$ 23,20
70	Canela em rama - dentro do prazo de validade, embalagem de 20g.	UND	10	R\$ 1,78	R\$ 17,80
71	Bolo simples de cenoura, laranja ou manteiga com cobertura. Preparado no dia do pedido, com aparência de macio, bem assado, sem vestígios de odor fora do característico.	KG	200	R\$ 14,35	R\$ 2.870,00
72	Pastel assado de frango e de carne, tamanho médio, bem assado, preparado no dia do pedido, sem vestígios de odor diferente do característico. Com textura macia e com quantidade de recheio suficiente.	UND	300	R\$ 2,92	R\$ 876,00
73	Sanduíche natural com duas fatias de pão integral, alface, cenoura, frango e requeijão. Preparado no dia do pedido, com boa aparência e sem vestígios de odor diferente do característico.	UND	300	R\$ 4,32	R\$ 1.296,00
74	Cuca tipo caseira com recheio diversos, preparada no dia do pedido, com textura macia, sem vestígios de odor diferente do característico.	kg	150	R\$ 12,25	R\$ 1.837,50
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO</b>		<b>R\$ 18.585,25</b> <b>(Dezoito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)</b>			



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

## 2. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 2.1 As mercadorias deverão ser entregues, sem custos para o Município, na sede da UAPSF – Unidade de Atenção Primária a Saúde da Família (Clínica da Mulher), com endereço na Rua João Baggio, s/n, centro, Bom Sucesso do Sul-PR.
- 2.2 O fornecimento será conforme a necessidade do Município.
- 2.3 O prazo de entrega das mercadorias é de 05 dias, contados da data da Ordem de Fornecimento.
- 2.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 2.6 **Validade do produto – Com exceção das frutas, verduras, carnes e produtos *in natura*, não serão aceitos, no ato da entrega, materiais com data de validade inferior a 60 (sessenta) dias.**
- 2.7 Os artigos perecíveis licitados deverão ser transportados em veículos fechados, refrigerados e acondicionados em caixas plásticas ou papelão.
- 2.8 Os produtos enlatados deverão estar embalados em LATA hermeticamente fechada, de 1ª qualidade, com cravagem perfeita, sem amassamentos, avarias ou ferrugem.

## 3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

## 4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Bom Sucesso do Sul, 08 de Setembro de 2015.

Cleverson Jorge da Silva  
PREGOEIRO



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO II**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2015**

**REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Local e data

Pregão Presencial n° 026/2015.

Pela presente, \_\_\_\_\_, (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, por seu(a) representante legal abaixo-assinado(a), Sr(a). \_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, em conformidade com o disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal n° 10.520/2002, DECLARA que está apta a cumprir plenamente os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da empresa  
RG do declarante

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES E ENTREGUE AO PREGOEIRO NO INÍCIO DA SESSÃO**



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO III**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, como representante da empresa \_\_\_\_\_, no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº 026/2015, podendo formular lances verbais em complemento à proposta escrita apresentada, quando convocado(a), e ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de interpor recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Outorgante

Nome:  
R.G.:  
Cargo:



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO IV**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP**  
**PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF, através de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ (órgão expedidor), e de seu contador, Sr. \_\_\_\_\_, CRC nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta empresa enquadra-se na presente data como:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme art. 3º, I, da LC nº 123/2006; ou  
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme art. 3º, II, da LC nº 123/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações do § 4º do art. 3º da LC nº 123/2006.

Por ser esta expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal  
e carimbo com CNPJ da empresa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Contador



MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO V**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF E DE IDONEIDADE**

A/C Pregoeiro do Município de Bom Sucesso do Sul

Ref.: Edital de Pregão Presencial nº 026/2015

Pelo presente instrumento, \_\_\_\_\_ (razão social da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de habilitação no Pregão Presencial nº 026/2015, expressamente que:

I - Não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta licitação e, também, de que nos comprometemos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do Município de Bom Sucesso do Sul, qualquer fato superveniente, posterior, que venha a impossibilitar a habilitação.

II - Recebemos todos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação em questão, nos termos do art. 30, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

III - Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

IV - Em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, e no art. 27, V, da Lei Federal nº 8.666/1993, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

Local, data.

---

Assinatura do representante legal  
e carimbo com CNPJ da empresa





MUNICÍPIO DE  
**BOM SUCESSO DO SUL**  
ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015**

O  
Pregoeiro do Município de Bom Sucesso do Sul – PR  
Ref.: Pregão Presencial nº 026/2015

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

- **RAZÃO SOCIAL:**
- **CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:**
- **REPRESENTANTE E CARGO:**
- **CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:**
- **ENDEREÇO e TELEFONE:**
- **AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA**

Após análise minuciosa do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, que tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios, para os lanches das atividades realizadas nos programas de saúde do Município, a serem prestados conforme a necessidade da Administração Municipal, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, passamos a formular a seguinte proposta:

Item	Descrição	Qtde.	Un.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_,\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais e \_\_\_\_\_ centavos).

1 - Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições relativas a plena execução do objeto do certame.

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os produtos serão entregues de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3 - Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do Pregão em referência.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA PROPONENTE



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº 026/2015.**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015.**  
**VALIDADE: 12 (doze) Meses.**

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com sede na Rua Cândido Merlo, nº 290, Centro, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito **Antonio Celso Pilonetto**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade RG nº XXXXXXX/SSP/Pr., residente e domiciliado em Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **DETENTORA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL sob o nº 026/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, futuras aquisições de gêneros alimentícios, para os lanches das atividades realizadas nos programas de saúde do Município, a serem prestados conforme a necessidade da Administração Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal nº 972, de 22 de fevereiro de 2007, no Decreto Municipal nº 1.014, de 05 de maio de 2007, e na Lei de Licitações nº 8.666/1993, mediante as condições seguintes:

### 1. OBJETO

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios, para os lanches das atividades realizadas nos programas de saúde do Município, a serem retirados conforme a necessidade da Administração Municipal**, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

Item	Descrição	Qtde.	Und.	Marca	Valor Total Reg. (.)

- 1.2 O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais).  
1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

### 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações que serão indicadas quando da solicitação do fornecimento.  
2.2 Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo o solicitante verificar a existência de saldo orçamentário e financeiro.

### 3. DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A Administração indicará um representante como gestor da Ata de Registro de Preços, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

- 3.2 Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos arts. 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.
- 3.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## 4. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 4.1 Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 4.2 Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a Detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/1993.
  - 4.2.1 Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 4.3 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 4.4 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 4.5 Os valores recompostos somente serão repassados após a formalização de Termo de Aditamento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1 O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:
  - 5.1.1 A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado;
  - 5.1.2 Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:
    - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
    - b) não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
    - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
    - d) nos casos descritos nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 6.3 O não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços ensejará na aplicação das seguintes penalidades:
  - a) advertência por escrito;
  - b) multa de 20 % (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;
    - b.1) No caso do não cumprimento do prazo de execução do objeto solicitado, será aplicável à proponente multa moratória equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor total da respectiva Ordem de Serviço, sem prejuízo da multa da letra "b", acima;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.4 No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 6.5 Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do primeiro pagamento devido à DETENTORA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da DETENTORA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

## 7. VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PAGAMENTOS

- 7.1 O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses** contados desta data.
- 7.2 A Detentora deverá atender as solicitações do Município, qualquer que seja a quantidade solicitada, observadas as quantidades estimadas, bem como os acréscimos e supressões permitidos pela Lei Federal nº 8.666/1993.
- 7.4 Os pagamentos serão efetuados após a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal ao Departamento de Finanças do Município.
- 7.5 A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente



# MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL ESTADO DO PARANÁ

através do site <http://www.tst.jus.br>, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.

## 8. FORMA DE EXECUÇÃO

- 8.1 Os serviços deverão ser prestado conforme a necessidade do Município, nas quantidades e prazos indicados do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, correndo por conta da Detentora todas as despesas diretas e indiretas, tais como tributos, transporte, seguros, dentre outros, decorrentes da execução do objeto.
- 8.2 A execução do objeto obedecerá as especificações e condições do Termo de Referência, constante do Anexo I do Pregão Presencial nº 026/2015.

## 9. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 9.1 Prestar os serviços na forma estabelecida neste instrumento, no Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.
- 9.2 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 9.3 Assumir, com responsabilidade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto a despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo MUNICÍPIO.
- 9.4 Responder perante o MUNICÍPIO e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto.
- 9.6 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redunde em aumento de despesas para o MUNICÍPIO.
- 9.7 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.
- 9.8 Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 10. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 10.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a forma prevista neste instrumento.
- 10.2 Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.
- 10.3 Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 10.4 Acompanhar a execução do objeto contratado, efetuada pela(s) DETENTORA(s), podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.
- 10.5 Fiscalizar a execução da contratação por um representante do MUNICÍPIO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 11. DA VINCULAÇÃO

- 11.1 Esta ata esta vinculada ao Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, seus anexos e à proposta da licitante vencedora, independentemente de descrição.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.
- 12.2 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste instrumento será o da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.
- 12.3 E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Bom Sucesso do Sul, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**MUNICÍPIO**

**DETENTORA**

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_